

Relatório de Controle Interno (Anexo VII IN-20/2015) - ano-referência 2023

Confirmação dos dados cadastrais (332)

Natally Francisco

(15862)

Tipo: (*equation)

Natally Francisco

Você é responsável, isto é, atua sem o auxílio de unidade específica de controle interno (*por exemplo, Controlador Interno da Câmara Municipal*), apenas da(s) seguinte(s) unidade(s) gestora(s):

Fundação Hospitalar Municipal de Navegantes, Fundação Municipal de Cultura de Navegantes, Fundação Municipal de Esportes de Navegantes, Fundação Municipal de Vigilância de Navegantes, Fundo Municipal de Assistência Social de Navegantes, Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar de Navegantes, Fundo Municipal de Saúde de Navegantes, Fundo Municipal de Segurança Contra Incêndio e Pânico de Navegantes - FUMSCI, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Navegantes, Instituto Ambiental de Navegantes, Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes - NAVEGANTESPREV e Prefeitura Municipal de Navegantes

Esta informação está correta? É necessário remover ou adicionar outras unidades?

(15858)

Tipo: (L/list-radio)

Sim, confirmo que sou responsável APENAS pela(s) unidade(s) gestora(s) acima.

OK

O nome do responsável pela(s) unidade(s) gestora(s) acima é:

Natally Francisco

Esta informação está correta?

(15859)

Tipo: (L/list-radio)

Sim, a informação do responsável está correta.

OK

1. Informações sobre o funcionamento do Sistema de Controle Interno (319)

Este relatório refere-se à(s) seguinte(s) unidade(s) gestora(s): Sim, confirmo que sou responsável APENAS pela(s) unidade(s) gestora(s) acima. (15860)

Tipo: (*equation)

1

Responsável por este relatório: Sim, a informação do responsável está correta.

(15861)

Tipo: (*equation)

1

1.1. No seu Município, o Sistema de Controle Interno apresenta que tipo de estrutura?**(15849)**

Tipo: (L/list-radio)

Uma unidade, única para todos os Poderes: existe apenas um Órgão Central de Controle Interno responsável pelo Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo.

1EL**1.2. A qual estrutura organizacional o Órgão Central de Controle Interno está subordinado diretamente?****(15812)**

Tipo: (L/list-radio)

Chefe do Poder Executivo - Prefeito(a)

A1

1.3. Informe a Lei ou ato normativo que organiza a estrutura do Controle Interno da unidade jurisdicionada.

Preferencialmente , utilize o endereço eletrônico de seu Portal da Transparência ou o sítio eletrônico similar ao [Leis Municipais](#)

(15833)

Tipo: (S/text-short)

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/n/navegantes/lei-complementar/2013/17/164/lei-complementar-n-164-2013-cria-a-secretaria-municipal-de-gestao-e-controle-do-municipio-de-navegantes-e-da-outras-providencias?q=164%2F2013>

1.4. Quantas pessoas atuam no Controle Interno da unidade gestora? Se o controle interno for centralizado, por favor informe o número de funcionários que atuam no Órgão Central de Controle Interno. (15816)

Tipo: (:/array-multi-flexi)

Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno - SQ001	6
Servidores efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno - SQ002	2
Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão - SQ003	2
Servidores temporários - SQ004	0
Estagiários - SQ005	0

1.5. No exercício em análise, em algum momento não houve acompanhamento do controle interno na(s) unidade(s)? (15839)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

1.6. Quais foram os procedimentos de controle realizados? Marque as opções que se aplicam.

Se houver procedimentos realizados que não estejam na lista, informe-os no item "Outros".

(15813)

Tipo: (M/multiple-opt)

Orientações aos gestores acerca de normas, procedimentos, etc; (15867)

Acompanhamento do envio de dados e informações ao e-Sfinge; (15868)

Acompanhamento de licitações, dispensas e inexigibilidades; (15869)

Acompanhamento da execução de contratos, convênios e similares; (15976)

Acompanhamento do controle de frequência de pessoal; (15870)

Exame da legalidade envolvendo a folha de pagamento e adequação dos pagamentos realizados; (15975)

Exame da legalidade das horas extras concedidas e adequação dos pagamentos realizados; (15871)

Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de concessão da aposentadoria e pensão (16068)

Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de admissão de pessoal em cargo efetivo e por tempo determinado (16069)

Exame da regularidade envolvendo a movimentação de pessoal (cessão, relocação, readaptação) (16070)

Exame de prestações de contas de diárias; (15872)

Exame de prestações de contas de adiantamentos; (15873)

Verificação do cumprimento de decisões do TCE/SC; (15874)

Avaliação do cumprimento de metas previstas no plano plurianual; (15875)

Avaliação da execução dos programas de governo; (15876)

Avaliação da execução dos orçamentos anuais (LOA e/ou Leis de Créditos Adicionais); (15877)

Avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e/ou patrimonial; (15878)

Orientação dos responsáveis pela unidade acerca dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e/ou efetividade; (15881)

Controle das operações de crédito, avais ou garantias da unidade; (15879)

Acompanhamento do controle e guarda de bens patrimoniais; (15977)

Controle dos direitos e haveres da unidade; (15880)

Outros

1.7. Sobre os sistemas informatizados utilizados, responda:**(15842)**

Tipo: (F/array-flexible-row)

Totalmente informatizado - 100

Há sistema informatizado de controle patrimonial? (15972)

Parcialmente informatizado - 50

Há sistema informatizado de almoxarifado? (15973)

Totalmente informatizado - 100

Há sistema informatizado de planejamento orçamentário? (15974)

1.8. Em relação à efetividade, avalie os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município. (15850)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Bom - 3

O controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais. (16023)

Excelente - 4

A definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende da aprovação dos gestores. (16024)

Razoável / Satisfatório - 2

Os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias (16025)

Razoável / Satisfatório - 2

No caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada (16026)

Razoável / Satisfatório - 2

Há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades. (16027)

Excelente - 4

As rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação (16028)

Excelente - 4

Os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados. (16029)

Excelente - 4

Todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação (16030)

Excelente - 4

As informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas (16044)

2. Das atividades desenvolvidas pela unidade de controle interno (320)

2.1. O Controle Interno realizou apontamentos à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício?

Responda mesmo se providências já tenham sido tomadas.

(15814)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

2.1.1. Informe os apontamentos realizados:

Por favor, preencha no mínimo uma linha.

Caso a lista abaixo seja insuficiente, priorize a inserção dos casos de maior valor e/ou de maior gravidade.

(15815)

Tipo: (:/array-multi-flexi-text)

Unidade
gestora em

Assunto -
assunto

Valor em risco
- valorrisco

Quais foram
as recomenda

Quais foram
as

	que apontamento foi realizado - unidade			ções do Controle Interno para a solução da situação? - providencias	providências tomadas pelo setor responsável? - descriçãopro videncia
Apontamento #1 - aponta1	Prefeitura Municipal de Navegantes - Secretaria Municipal de Educação	Análise de Aulas Excedentes	Não estimado	Revisão de todos os pagamentos de aula excedente efetuados em 2022: a) Para os professores com mais de uma lotação; b) Para os professores com mais de uma matrícula;	Revisão feita através do Quadro Indiviudal de Aulas
Apontamento #2 - aponta2	Prefeitura Municipal de Navegantes - Secretaria de Turismo	Recebimento em doação de chuveiros	Não estimado	Abertura de Procedimento Administrativo para apurar infração administrativa por parte da Secretaria de Turismo no recebimento de doações de chuveiros sem observância das legislações vigentes (transparência, publicidade, isonomia, ampla concorrência),	Recomendação não atendida
Apontamento #3 - aponta3	Prefeitura Municipal de Navegantes - Secretaria de Educação	Revisão da Lei para aumento temporário de carga horária	Não estimado	Revisão da lei de aumento de carga horária com facilidade na concessão de aumento temporário. Ainda como sugestão, possibilidade de Servidor não estável	Sancionada Lei Municipal 3762/2023

Apontamento #4 - aponta4	Prefeitura Municipal de Navegantes - Secretaria de Finanças	Verificação de assinatura dos fiscais de contratos nos processos de liquidação de despesa	Não estimado	participar; À Secretaria de Finanças que, se houver notas fiscais da Secretaria da Saúde para pagamento (todos os contratos e atas), verifique se os apontamentos acima ainda estão ocorrendo, e, em caso positivo, que faça a devolução dos processos para devida correção.	Recomendação não atendida
Apontamento #5 - aponta5	Prefeitura Municipal de Navegantes - Secretaria de Obras	Instrução Normativa para utilização da tabela SINAPI em Obras	Não estimado	Que a Secretaria de Obras e serviço faça proposição de Normativa de Utilização da Tabela SINAPI ao Controle Interno.	Recomendação não atendida
Apontamento #6 - aponta6					
Apontamento #7 - aponta7					
Apontamento #8 - aponta8					
Apontamento #9 - aponta9					
Apontamento #10 - aponta10					

2.1.1.1. Gostaria de anexar arquivos referentes a este quadro? (OPCIONAL) (15834)

Tipo: (/upload-files)

2.2. Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras? (15835)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

2.2.1. (OPCIONAL) Insira o(s) arquivos de comunicações formais feitas a outros órgãos de controle ou unidades gestoras em anexo.**(15836)**

Tipo: (/upload-files)

2.3. Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? (15837)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

2.3.1. Quem dificultou a obtenção de informações e documentos para a realização de seus trabalhos?

Opcionalmente , você pode informar nomes ou cargos ao lado da marcação.

(15838)

Tipo: (P/multiple-opt-comments)

Gestores da própria unidade; (15955)

Funcionários da própria unidade; (15956)

Funcionários de outras unidades do Município; (15957)

Prestadores de serviço; (15958)

Outros (other)

2.4. Acerca da gestão de risco, responda: (15843)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Totalmente - 100

Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob seu controle estão formalizados? (15978)

Totalmente - 100

Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? (15979)

2.5. Sobre a execução orçamentária e contábil, responda: (15852)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Não ocorreram irregularidades - 0

Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do município e Sistema e-Sfinge (16033)

Não ocorreram irregularidades - 0

Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias (16034)

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) - 1

Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções, auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012 (16035)

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) - 1

Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA (16036)

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) - 1

Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas (análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco) (16037)

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) - 1

Análise de procedimentos afetos à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc) (16038)

3. Relação de irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário (321)

3.1. Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário? (15817)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

4. Das Tomadas de Contas Especiais (322)

4.1. Há Tomadas de Contas Especiais instauradas? (15819)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

4.1.1. Informe a respeito das Tomadas de Contas Especiais instauradas:

Caso a lista abaixo seja insuficiente, priorize a inserção dos casos de maior valor e/ou de maior gravidade.

(15820)

Tipo: (;/array-multi-flexi-text)

	Número da Tomada de Contas Especial - TCEN	Causa da Tomada de Contas Especial - TCECAUSA	Data de Instauração da T.C.E. - TCEDATA	Houve com unificação e encaminhamento ao Tribunal de Contas (se acima do valor de alçada)? - TCEENCAMINHAMENTO	Resultado ou status do andamento da Tomada de Contas Especial - TCERESULTADO	Valor da Tomada de Contas Especial - TCEVALOR
TCE #1 - TCE1	75/2022	Identificar os responsáveis e quantificar eventuais danos ao erário, em consequência das sucessivas dispensas realizadas para a contratação da empresa Sanitary Serviços de Conservação e Limpeza Eireli, para execução do servido de limpeza urbana no Município, nos anos de	23/03/2022	Revogada através do decreto 92-2023 e reinstaurada através da portaria 495/2024	Em andamento	Sem quantificação

2019 e 2020,
conforme
determinação
do TCE/SC
nos autos do
Processo
@REP
21/00418038

TCE #2 -
TCE2

TCE #3 -
TCE3

TCE #4 -
TCE4

TCE #5 -
TCE5

TCE #6 -
TCE6

TCE #7 -
TCE7

TCE #8 -
TCE8

TCE #9 -
TCE9

TCE #10 -
TCE10

5. Das transferências voluntárias por meio de convênios, acordos, ajustes ou congêneres (323)

5.1. Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumentos congêneres? (15821)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

5.1.1 Detalhamento das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumentos congêneres.

Caso a lista abaixo seja insuficiente, priorize a inserção dos casos de maior valor e/ou de maior risco.

(15822)

Tipo: (/array-multi-flexi-text)

	Unidade Gestora em que o instrumento foi firmado - CAACUNIDADE	Tipo de instrumento (convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumento congênere) - CAACTIPO	Número do Instrumento - CAACNOME1	Objeto - CAACNOME2	Volume de recursos transferidos - CAACVALOR	CNPJ da entidade - CAACCNPJ	Situação da análise da prestação de contas do instrumento - CAACSITPC
Instrumento #1 - CAAC1	Prefeitura Municipal de Navegantes	Termo de colaboração	130/2022	Credenciamento visando a contratação de Organização de Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos para prestação de serviços de atendimento especializado para bebês, crianças e/ou adoles	R\$ 410.421,51	25.401.842/0001-86	Aprovada

centes com
sequelas n
euromotora
de lesão
cerebral,
com
deficiência
intelectual,
com
deficiência
física, com
deficiência
motora,
com
deficiência
múltiplas,
com
transtornos
globais do
desenvolvi
mento
(TGD) a fim
de atender
as necessi
dades da
população,
através da
Secretaria
de
Educação
de Navega
ntes/SC, ,
com o
intuito de
apoiar as
atividades
operacionai
s da
Secretaria
Municipal
de
Educação,
sob o
regime de
execução
indireta e a
forma de fo
rnecimento
parcelada,
segundo
critérios,
termos e
condições

				estabelecidas neste credenciamento e nos seus anexos neste edital.			
Instrumento #2 - CAAC2	Prefeitura Municipal de Navegantes	Termo de colaboração	131/2022	Credenciamento visando a contratação de Organização de Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos para prestação de serviços de atendimento especializado para bebês, crianças e/ou adolescentes com sequelas neuromotoras de lesão cerebral, com deficiência intelectual, com deficiência física, com deficiência motora, com deficiência múltiplas, com transtornos globais do desenvolvimento (TGD) a fim de atender	R\$ 374.400,00	83.824.771/0001-20	Aprovada

				as necessi dades da população, através da Secretaria de Educação de Navega ntes/SC, , com o intuito de apoiar as atividades operacionai s da Secretaria Municipal de Educação, sob o regime de execução indireta e a forma de fo rnecimento parcelada, segundo critérios, termos e condições estabelecid as neste cr edenciame nto e nos seus anexos neste edital.			
Instrumento #3 - CAAC3	Fundo Municipal de Saúde	Termo de colaboração	001/2023	Termo de Colaboração tem por objeto a formalização da relação de parceria, em regime de mútua cooperação entre o MUNICÍPIO e a	R\$ 50.000,00	31.535.413/0001-02	Em análise

				O.S.C., para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução do/a atuação nas causas animais que tenha por objetivo acolhimento de animais (cães e gatos) em situação de rua, de relevância pública e social definido no Plano de Trabalho, que rubricado pelas partes, integra o presente instrumento .			
Instrumento #4 - CAAC4	Fundo Municipal de Saúde	Termo de colaboração	002/2023	Termo de Colaboração tem por objeto a formalização da relação de parceria, em regime de mútua cooperação entre o MUNICÍPIO e a	R\$ 227.729,20	25.401.842/0001-86	Em análise

				O.S.C., para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução do/a atuação nas causas animais que tenha por objetivo acolhimento de animais (cães e gatos) em situação de rua, de relevância pública e social definido no Plano de Trabalho, que rubricado pelas partes, integra o presente instrumento .			
Instrumento #5 - CAAC5	Fundação Municipal de Assistência Social	Termo de colaboração	123/2023	TERMO DE COLABORAÇÃO por inexigibilidade de chamada pública com fundamentos no artigo 31 da lei 13.019/2014 e suas alterações,	R\$ 158.568,99	83.824.77	Em montagem 1/0001-20

para o desenvolvimento das atividades-fins da APAE, atendimento às pessoas com deficiência intelectual, física ou múltipla e transtorno global de desenvolvimento do Município de Navegantes, devidamente encaminhadas à Associação para avaliações e atendimentos especializados, clínico e pedagógicos. Conforme Plano de Trabalho em anexo, devidamente apresentado e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, constituindo parte integrante do presente Termo.

Fundação

Termo de

124/2023

TERMO

R\$

83.824.77

Em

Instrumento #6 - CAAC6	Municipal de Assistência Social	colaboração	DE COLABORAÇÃO por inexigibilidade de chamada pública com fundamentos no artigo 31 da lei 13.019/2014 e suas alterações, para o desenvolvimento das atividades fins da APAE, atendimento as pessoas com deficiência intelectual, física ou múltipla e transtorno global de desenvolvimento do Município de Navegantes, devidamente encaminhadas a Associação para avaliações e atendimentos especializados, clínico e pedagógicos. Conforme Plano de Trabalho em anexo, devidamente apresentado e aprovado	211.098,92	1/0001-20	montagem
------------------------	---------------------------------	-------------	--	------------	-----------	----------

pelo
Conselho
Municipal
de
Assistência
Social,
constituind
o parte
integrante
do presente
Termo.

Instrument
o #7 -
CAAC7

Instrument
o #8 -
CAAC8

Instrument
o #9 -
CAAC9

Instrument
o #10 -
CAAC10

5.2 O município possui contratos de gestão regidos pela Lei nº 9.637/1998? (15863)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

5.3 O município regulamentou a Lei 13.019/2014? (15865)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

5.3.1 Qual Decreto regulamenta a Lei 13.019/2014? (15866)

Tipo: (S/text-short)

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/n/navegantes/decreto/2017/2/18/decreto-n-18-2017-regulamenta-a-aplicacao-da-lei-federal-n-13019-de-31-de-julho-de-2014-com-suas-respectivas-alteracoes-no-municipio-de-navegantes-estado-de-santa-catarina-para-o-fim-de-regulamentar-em-ambito-local-as-parcerias-e-os-acordos-de-cooperacao-entre-a-administracao-publica-e-organizacoes-da-sociedade-civil-em-regime-de-mutuacooperacao-para-a-consecucao-de-finalidades-de-interesse-publico-e-reciproco?q=18>

6. Da avaliação dos processos licitatórios (324)

6.1. Foram avaliados processos licitatórios? (15823)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

6.1.1. Quais foram os critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação?

(15824)

Tipo: (M/multiple-opt)

Todos os processos licitatórios abertos no ano-referência foram analisados pelo Órgão de Controle Interno; (16090)

Amostra Aleatória (15923)

Experiências passadas (15924)

Valor envolvido (15925)

Risco (probabilidade de ocorrência de eventos negativos) (15926)

Relevância econômica ou social para o Município (15927)

Outros

6.1.2. Insira as licitações analisadas no período. Se a lista abaixo for insuficiente, priorize os casos em que ocorreram irregularidades ou inconsistências e/ou sejam mais relevantes para seu município (casos de maior valor financeiro, maior duração de contrato, maior risco do objeto contratado, casos com muitos fornecedores, etc).

(15825)

Tipo: (:/array-multi-flexi-text)

Número do Processo de Licitação - LICITNPR OCESSO		Modalidade de Licitação - LICITNPR OCESSO1	Tipo de Licitação - L ICITTIPOPR OCESSO	Valor estimado de contratação - LICITVALO R	CPF ou CNPJ do Contratado - LICITCON TRATADO	Houve indícios de i rregularidad e? Descreva. - LICITNPRO CESSO2
Licitação #1 - ProcessoLic it1	Solicitação de Compra nº 79/2023	Dispensa de Licitação	Menor Preço	R\$ 3.000,00	02.874.348/ 0001-33	Mesmo com demanda judicial alguns proce dimentos administra vos devem ser seguidos. Neste caso, a compra direta foi, ao nosso ver, classificada de forma equivocada como Inexigi bilidade, cabendo, em tese, dispensa por valor. Independent e da forma de contratação (INEX/Dispen sa), a administraçã o deve apresentar elementos que comprovem que o valor pago é condizente com o praticado no mercado. O entendimento , orientação e recomendaçã o é que se faça no mínimo

cotação com três fornecedores. Caso não seja possível, deve ser demonstrado, com documentos, as tentativas. O que nesse caso, até presente momento, não ocorreu. Também não foi identificada justificativa para escolha de fornecedor, que está sediado em Florianópolis, tendo ainda custo de deslocamento, que, provavelmente inclui veículo da prefeitura, combustível, motorista (diária), e tempos dispendido pelo paciente e acompanhante (pai, mãe, tutor, ou servidor público). Precisa constar justificativa para não se contratar profissional no município ou na região. Em rápida consulta no

Portal da Transparência foi identificada uma dispensa de licitação para contratação do mesmo serviço em junho deste ano, com valor mais baixo, com profissional também da região de Florianópolis (Palhoça). Dessa outra dispensa resulta em dois questionamentos. 1) Nova contratação tem valor muito superior a primeira, precisa ser justificado. 2) Duas contratações diretas do mesmo serviço em pouco tempo (junho/dezembro), indicando uma possível necessidade da Secretaria de Saúde. Recomenda-se a inclusão do serviço no planejamento de compras/contratação da Secretaria de Saúde para o

						ano de 2024. Sugestão, abertura de licitação do serviço por registro de preço ou por credenciam
Licitação #2 - ProcessoLic it2	175/2022	Pregão Eletrônico	Menor Preço	R\$ 860.000,00	34.072.013/ 0001-98	Estudo preliminar (Projeto DRIVER) com base nos dados da MOP, em cidades que ela atende; 2) Especificações do aplicativo, supostamente, já utilizado pela MOP; 3) Prazo muito curto para apresentar o aplicativo (teste de conceito); 4) Prazo curto de início das operações, 25 dias úteis, considerando as muitas especificações do aplicativo; 5) Orçamentos para formação de preço com 03 valores ofertados pela MOP; 6) Orçamento de fornecedor de São Paulo, sem justificativa da sua

escolha; com
indicação de
Urussanga,
mesmo não
tendo
participado
do Certame
daquele
município, e
com troca de
e-mail com a
MOP
(entrega do
orçamento);
7) Utilização
de edital
idêntico
(salvo alguns
itens
diferentes)
utilizados por
municípios
onde apenas
a MOP
participou
como
licitante; 8)
Quatro
municípios
onde foram
utilizados o
mesmo edital
de
Navegantes,
não houve
competição,
sendo a
MOP única
interessada;
9) Escolha
dos dois
maiores
custos, entre
os 05 (cinco)
municípios
atendidos
pela MOP,
utilizados no
estudo
preliminar
(Projeto
DRIVER),
mesmo tendo

						uma ata mais recente, com menor custo; 10) Orçamento proposto pela MOP bem superior ao que ela mesma praticava em outros municípios. Item 4.3.5.
Licitação #3 - ProcessoLic it3	Solicitação de Compra Nº 17/2023	Dispensa de Licitação	Menor Preço	R\$ 10.440,00	11.756.934/ 0001-74	simulação de preço no Processo de Dispensa de Licitação
Licitação #4 - ProcessoLic it4	176/2020	Tomada de Preços	Menor Preço	R\$ 780.242,34	29.793.736/ 0001-46	A empresa contratada para iluminação pública está recebendo o montante do contrato, mas desde o início não cumpre com o edital/ contrato, com equipe incompleta e ausência de fiscalização
Licitação #5 - ProcessoLic it5	132/2021	Pregão Presencial	Maior Desconto	R\$ 7.603.298,64	80.996.861/ 0001-00	Contratação de Serviço sem Prévio Empenho, Destituição dos Fiscais de Contrato/ Ausência de Fiscalização do Contrato, Alteração de Documento Público, Jogo de Planilhas, Contratação e Pagamento

de Serviço
Divergente,
Serviços
Contratados
sem
Licitação

Licitação #6
- ProcessoLic
it6

Licitação #7
- ProcessoLic
it7

Licitação #8
- ProcessoLic
it8

Licitação #9
- ProcessoLic
it9

Licitação
#10 - Proces
soLicit10

Licitação
#11 - Proces
soLicit11

Licitação
#12 - Proces
soLicit12

Licitação
#13 - Proces
soLicit13

Licitação
#14 - Proces
soLicit14

Licitação
#15 - Proces
soLicit15

6.2. Sobre as licitações e contratações da unidade, responda: (15845)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Fraco - 1

Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada. (15987)

Bom - 2

Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas. (15988)

Fraco - 1

Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório. (16031)

Bom - 2

Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório. (16032)

Bom - 2

Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas. (16084)

Bom - 2

Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital. (16085)

Bom - 2

Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições. (16086)

7. Da avaliação da gestão de recursos humanos (325)

7.1. Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal?

(15826)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

7.1.1. Relação de procedimentos de fiscalização envolvendo recursos humanos (15840)

Tipo: (:/array-multi-flexi-text)

	Unidade(s) em que o(s) procedimento(s) foram realizados - UNIDADE	Assunto do procedimento - ASSUNTO	Período analisado - PERÍODO
Procedimento #1 - PROCED1	Secretaria de Administração	Monitoramento bimestral dos controles de atos de pessoal	01/01/2023 a 31/12/2023
Procedimento #2 - PROCED2	Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes	Análise e emissão de parecer de todos os procedimentos de concessão de aposentadorias e pensões	01/01/2023 a 31/12/2023
Procedimento #3 - PROCED3	Todas as Unidades Gestoras do Município	Análise e emissão de parecer de todas as admissões e contratações de pessoal	01/01/2023 a 31/12/2023

7.1.2. Sobre a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) sob seu controle, avalie: (15841)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Atuação razoável da gestão - 2

Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual) (16071)

Atuação razoável da gestão - 2

Controle de horas extras pelos gestores (16072)

Pouca atuação da gestão - 1

Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e Assessoramento (16073)

Excelente atuação da gestão - 3

Realização de cursos de capacitação pelos servidores (16074)

Atuação razoável da gestão - 2

Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores (16075)

Atuação razoável da gestão - 2

Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores (16076)

Atuação razoável da gestão - 2

Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos (16077)

Atuação razoável da gestão - 2

Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório (16078)

Excelente atuação da gestão - 3

Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social (16079)

Atuação razoável da gestão - 2

Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças) (16080)

Atuação razoável da gestão - 2

**Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções públicas.
(16081)**

Atuação razoável da gestão - 2

**Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de pessoal
(16082)**

Atuação razoável da gestão - 2

**Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na folha de
pagamento. (16083)**

8. Da avaliação do cumprimento de decisões do TCE/SC (326)

8.1. Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)?

(15827)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

8.1.1. Informe as determinações e recomendações realizadas pelo TCE/SC: (15828)

Tipo: (/array-multi-flexi-text)

Tipo (Determinação ou Recomendação) - NACORDAO1	Número do Acórdão - NACORDAO	Assunto da Decisão - DECISAO	Situação (Implementada, parcialmente implementada ou não implementada) - SITUACAO	Justificativa do Gestor, se houver - JUSTIFICATIVAGESTOR
Decisão do TCE/SC #1 - DECISAO1	Decisão n.: 108/2023	Determinar ao Prefeito Municipal de Navegantes, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, que, de forma imediata, constitua	Tomada de Contas Especial Instaurada	

comissão
administrativa
para promover
tomada de
contas especial,
com o fim de
apurar
possíveis
irregularidades,
responsabilidades
e danos ao
erário, caso
existentes,
decorrentes das
seguidas
contratações
por dispensa de
licitação da
empresa
Sanitary
Serviços de
Conservação e
Limpeza Eireli
pela
Administração
Municipal, nos
exercícios
financeiros
2019 e 2020, e,
no prazo de 180
(cento e oitenta)
dias, contados
da publicação
desta Decisão
no Diário Oficial
Eletrônico desta
Corte, remeta
as conclusões
da referida
tomada de
contas especial
a este Tribunal
de Contas para
os
procedimentos
regimentais

Decisão do
TCE/SC #2 -
DECISAO2

Recomendação

Decisão n.:
2240/2023

Recomendar à
Unidade
Gestora que se
abstenha de
incluir, em
futuro certame,

Implementada

a irregularidade
indicada pela
área técnica

Decisão do
TCE/SC #3 -
DECISAO3

Decisão do
TCE/SC #4 -
DECISAO4

Decisão do
TCE/SC #5 -
DECISAO5

Decisão do
TCE/SC #6 -
DECISAO6

Decisão do
TCE/SC #7 -
DECISAO7

Decisão do
TCE/SC #8 -
DECISAO8

Decisão do
TCE/SC #9 -
DECISAO9

Decisão do
TCE/SC #10 -
DECISAO10

9. Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito (327)

9.1. Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle?

(15829)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

9.1.1. Informe as decisões que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle: (15846)

Tipo: (/array-multi-flexi-text)

	Nº do Acórdão ou Título Executivo - SQ001	Data do Acórdão ou Título Executivo - SQ002	Nome do responsável - SQ003	Valor - SQ004	Data da inscrição em dívida ativa - SQ005	Situação do processo (incluindo ajuizamento e sua conclusão, se houver) - SQ006
Decisão #1 - DECISAO1	COD 23-00302033	28/07/2023	Roberto Carlos de Souza	R\$ 3.000,00	Não houve	Quitação
Decisão #2 - DECISAO2						
Decisão #3 - DECISAO3						
Decisão #4 - DECISAO4						
Decisão #5 - DECISAO5						
Decisão #6 - DECISAO6						
Decisão #7 - DECISAO7						
Decisão #8 - DECISAO8						
Decisão #9 - DECISAO9						
Decisão #10 - DECISAO10						

10. Avaliação dos procedimentos de renegociação da dívida com o instituto ou fundo de previdência (328)

10.1. Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência no ano-referência? (15830)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

11. Avaliação acerca da conformidade dos registros (329)

11.1. Na sua avaliação, os registros gerados por seu sistema de contabilidade, orçamentário e financeiro encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge?

(15831)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge? (15832)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

12. Outras análises realizadas pelo Órgão de Controle Interno (330)

Opcionalmente , insira neste campo procedimentos realizados que não se enquadram nas alternativas anteriores: (15848)

Tipo: (T/text-long)

Sugestões ao TCE/SC (331)

e-mail de contato: gestao.secretaria@navegantes.sc.gov.br

I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da(s) unidade(s) jurisdicionada(s)

No Município, o Sistema de Controle Interno apresenta o seguinte tipo de estrutura:

A unidade de Controle Interno está subordinada à seguinte estrutura organizacional:

O ato normativo que organiza a estrutura do órgão de Controle Interno é o seguinte:

A unidade conta com o seguinte quantitativo de pessoal: Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno; efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno; Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão; Servidores temporários e estagiários.

No exercício em análise, em algum momento a unidade ficou sem acompanhamento do Controle Interno? . - .

Os procedimentos de controle realizados foram os seguintes:

Os seguintes sistemas são informatizados:

- **Sistema de controle patrimonial:**
- **Sistema de almoxarifado:**

- Sistema informatizado de planejamento orçamentário:

Em relação à efetividade, avalia-se os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município:

Se o controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais:

Se a definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende dos gestores:

Se os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias:

Se, no caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada:

Se há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades:

Se as rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação:

Se os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados:

Se todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação:

Se as informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas:

II - Resumo das atividades desenvolvidas pelo órgão de controle interno

Foram realizados apontamentos do Controle Interno à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício?

Unidade gestora em que apontamento foi realizado	Assunto	Valor em risco	Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da	Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável?
--	---------	----------------	--	---

			situação?	

Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras?

Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? .

Em relação à gestão de riscos:

- Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob controle desta unidade estão formalizados;
- Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? ;

Sobre a execução orçamentária e contábil:

na Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do

município e Sistema e-Sfinge;

na Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias;

na Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções,

auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012;

na Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA;

na Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas

(análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco);

na Análise de procedimentos afetados à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc);

III - Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo

Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário?

Nome da(s) Unidade(s)	Ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico	Valor do dano	Medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento	Avaliação conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis	Nome ou CPF dos responsáveis

Avaliação conclusiva: avaliação do Controle Interno acerca das justificativas apresentadas pelos responsáveis.

IV Das Tomadas de Contas Especiais instauradas

Há Tomadas de Contas Especiais instauradas?

Número da Tomada de Contas Especial	Causa da Tomada de Contas Especial	Data de Instauração da T.C.E.	Comunicação e encaminhamen to ao Tribunal de Contas, se for o caso	Resultado ou status do andamento da Tomada de Contas Especial	Valor da Tomada de Contas Especial

V - Avaliação das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos

congêneres

Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres?

Unidade Gestora em que convênio foi firmado	Tipo de instrumento	Número do Instrumento	Objeto	Volume de recursos transferidos	Situação da análise da prestação de contas do instrumento

O município possui contratos de gestão regidos pela Lei nº 9.637/1998?

Entidades (se aplicável): ;;;;;;;;;;

Regulamentação da Lei 13.019/2014 (se aplicável):

VI - Avaliação dos processos licitatórios realizados pela Unidade Jurisdicionada

Foram avaliados processos licitatórios pelo Controle Interno?

Critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação:

Número do Processo de Licitação	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Valor estimado de contratação	CPF ou CNPJ do Contratado	Descrição dos indícios de irregularidade, se houver

--	--	--	--	--	--

Sobre as licitações e contratações da unidade, avalia-se:

- Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada:
- Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas:
- Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório:
- Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório:
- Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas:
- Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital:
- Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições:

VII - Avaliação da gestão de recursos humanos

Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal? .

Procedimentos realizados:

..

..

..

Avalia-se a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) da seguinte maneira:

- Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual):
- Controle de horas extras pelos gestores:
- Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e

Assessoramento:

- Realização de cursos de capacitação pelos servidores:
- Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores:
- Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores:
- Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos:
- Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório:
- Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez

vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social:

- Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças):
- Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções

públicas:

- Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de pessoal:
- Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na folha

de pagamento:

VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo TCE/SC

Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)?

Tipo (Determinação ou Recomendação)	Número do Acórdão	Assunto da Decisão	Situação	Justificativa do Gestor, se houver

IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle

Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob controle desta unidade?

Nº do Acórdão ou Título Executivo	Data do Acórdão ou Título Executivo	Nome do responsável	Valor	Data da inscrição em dívida ativa	Situação do processo

X - Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência

Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência?

Renegociação realizada, se houver :

- Instituto ou Fundo de Previdência:
- Valor do débito na data da renegociação:
- Critérios utilizados para atualização da dívida:
- Nº de parcelas a serem amortizadas na data da renegociação:
- Outras condições de pagamento pactuadas:

XI - Avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados pelas entidades com os dados do e-Sfinge

Na avaliação desta unidade de controle interno, os registros gerados pelo sistema de contabilidade, orçamento e finanças encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge ?

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge?

XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015

Acima, foram elencadas outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015.

(15856)

Tipo: (/upload-files)

Gostaria de deixar alguma sugestão ao TCE/SC? (opcional) (15857)

Tipo: (T/text-long)